

O negro brasileiro e o acesso à universidade

Nos Estados Unidos, o sistema de cotas possibilitou a emergência de uma classe intelectual negra com melhores condições de disputar o mercado de trabalho, em situação de relativa igualdade

FERNANDO CONCEIÇÃO
Especial para o Estado

Recentemente, em sua passagem pelo País, o cineasta Spike Lee declarou não entender porque os negros no Brasil não lutavam para confrontar o racismo que os mantém excluídos. Spike Lee, e quem o entrevistou, revelaram com esse tipo de pensamento um grande desconhecimento do assunto.

Os negros no Brasil, principalmente os setores organizados do Movimento Negro, como nos Estados Unidos, lutaram e lutam para modificar a realidade que os vitima. As lutas de João Cândido, de Zumbi, de Pacifico Licutan (na revolta dos Malês), dos favelados dos morros cariocas e guetos de Salvador, de Mãe Menininha do Gantois, do Movimento pelas Reparações, dos rappers das periferias paulistanas, dos sindicalistas que assumem sua negritude etc., são o quê?

O diabo é que, ao contrário do que ocorre nos EUA, no Brasil há uma negação tácita e tácita, dos setores de mando, da existência de um problema racial. Além de que, muitas das nossas "lideranças" negras são facilmente cooptadas por 30 moedas de ouro — e, em vez de fazer política, preferem fazer festa e encher seus bolsos. Certamente o mesmo não ocorreu com Spike Lee, ao ser contratado pela Sony Music para dirigir o clipe de Michael Jackson, estrela maior dessa indústria, que no Brasil tem estrelas menores, como o bloco do Pelourinho. Nesse caso, é tudo uma questão de show business, nada tendo a ver com militância negra.

Uma das lutas que devemos travar nos próximos meses é a do estabelecimento de cotas para o ingresso de afro-brasileiros de baixa renda na Universidade de São Paulo, a mais importante do país.

No Exterior — Negros nos Estados Unidos (ou, melhor dizendo, afro-americanos) são minoria no conjunto da população total. Formam somente 12%. Desde o início da década de 60, com o governo Kennedy, o Estado decidiu atacar a segregação racial que vitimava os negros. Uma série de comissões, em diversas áreas, foi patrocinada pelo Estado, nesse processo de políticas compensatórias em vários campos — trabalho, saúde, habitação, escola, assistência social, judiciário etc. Essas políticas, além de beneficiar os afro-americanos, foram ampliadas para outros grupos considerados minoritários, como imigrantes, mulheres, portadores de deficiência física etc.

É nesse quadro que se instalam as iniciativas de cotas de vagas nas universidades estadunidenses, que beneficiaram Spike Lee, Clarence Thomas, Colin Powell etc. Passados pouco mais de 30 anos, os resultados das cotas — entendidas no seu objetivo restrito de possibilitar um tratamento desigual, no sentido positivo, para os desiguais econômica, política e socialmente falando, no conjunto da sociedade — são bastante significativos. Ao contrário do que ruminam os adversários das cotas, elas deram certo nos EUA.

Mesmo na África do Sul do apartheid, os negros tinham melhores oportunidades de progredir educacionalmente que no Brasil da "democracia racial". Os Estados tanto da África do Sul quanto dos EUA pré-60, racistas como eram, estimulavam o "desenvolvimento em separado" de brancos e negros. Com base nessa ideologia — separates but equalis —, um e outro país, ainda que isolando os negros em determinadas áreas, proviam alguns equipamentos e políticas de "desenvolvimento" para os negros. Escolas e universidades específicas chegavam a formar, no final dos anos 80, centenas de médicos, advogados e outros profissionais liberais na África do Sul dos brancos. Nos EUA da mesma forma, desde séculos atrás.

Organização — A política de ação afirmativa (affirmative action), dentro da qual se inserem as cotas, aplicada de modo sistemático dos anos 60 para cá, serviu para dar organicidade a um fenômeno antes disperso. Sem dúvida alguma foi a mobilização da opinião pública nacional nos EUA, que permitiu a adoção de políticas compensatórias para as "minorias" naquele país. Essa mobilização deu eco à luta das lideranças afro-americanas que chegaram a pagar com a vida o custo de materialização dos seus sonhos.

Mas o que deve-se ressaltar aqui é o

papel desempenhado pelos intelectuais, pela elite política e pelos governantes norte-americanos, no objetivo de compensar os negros pelo mal que a sociedade americana lhes causou ao longo dos séculos. Embora a luta do Movimento Negro tenha cindido aquela nação ao meio, com toda a certeza a decisão de implantar políticas compensatórias partiu, exatamente, de quem detinha o poder para tal. Os negros não detêm o poder nos EUA (não nos esqueçamos, são apenas 12% e grande parte, analfabeta, simplesmente não é filiada a partidos nem vota nas eleições). Partiu dos brancos "liberais" a decisão de mudar a história daquele país.

Quero aqui enfatizar exatamente isso: quem detém o poder detém o controle da situação e os meios para executar mudanças. A forma do exercício daquele poder e desse controle depende da compreensão que os poderosos tenham do grau de sua responsabilidade perante o conjunto da sociedade. Há poderosos que se lixam para as questões sociais, há outros que se preocupam e agem no sentido de diminuir a miséria dos despossuídos. As cotas são um paliativo. Sem elas, a dor afro-americana seria maior.

Esta constatação não credencia nenhum neófito a condenar as cotas ao lixo. Os reacionários norte-americanos, trabalhando para a direita do Partido Republicano, retomaram em 1994 o debate supostamente "científico" sobre QI (quociente de inteligência), publicando artigos e livros como "The Bell Curve", no propósito de avacalhar as políticas compensatórias.

No Brasil, os conservadores e mesmo gente bem-intencionada (dentro as quais incluem-se militantes e intelectuais negros) não cansam de repetir a velha cantilena de que são contra as cotas: acreditam no sistema de "oportunidades iguais para todos" e na capacidade intelectual do indivíduo (o selfmade man) como elementos propulsores da ascensão educacional, social, econômica

do negro. Inúmeras pesquisas desmentem essa falácia. Os afro-brasileiros permanecem excluídos porque são vítimas da ideologia do racismo e do desdém dos poderosos.

O sistema — No campo específico das universidades americanas, atualmente na esmagadora maioria delas, o sistema de cotas funciona. Universidades públicas, como a CUNY (em Nova York) e a do Estado de Maryland, possuem presença acentuada de afro-americanos e outras "minorias". São universidades de boa qualidade, em várias áreas do conhecimento. Evidente que não gozam do mesmo prestígio de Harvard ou Columbia, duas das mais caras universidades do país, onde estudantes e professores negros são uma constante. Mesmo privadas, essas boas escolas recebem ajuda governamental — o mesmo que acontece no Brasil.

Como o sistema universitário norte-americano é diferente do brasileiro — lá, as melhores universidades são as particulares, ao contrário do Brasil, onde as públicas é que são melhores —, as universidades privadas oferecem programas de cotas (vagas e bolsas de estudos) para os negros. Em quase todas elas, se não em todas, funciona um instituto, um centro de estudos, ou um núcleo acadêmico de negros, dirigido por negros e bancado pelo orçamento da universidade em questão. Em Columbia University (NY), segundo o professor Manning Marable (presidente do instituto de estudos afro-americanos dessa universidade, entre as décadas de 70 e 90, aumentou 5 vezes o ingresso de alunos negros. Em todos os Estados Unidos, na década de 50, havia 800 mil negros cursando graduação. Hoje eles são 1,3 milhão.

Nem vamos aqui falar das universidades para negros — como é o caso de Howard e Fisk College, que nem por isso deixam de aceitar alunos brancos —, mas é fato que nos EUA o sistema de cotas possibilitou a emergência de uma classe intelectual negra. Escolarizados, esses negros têm melhores condições de disputar o mercado de trabalho em situação mais ou menos igual que os demais concorrentes, de outros grupos étnicos. As cotas possibilitaram a existência de uma saliente classe média negra naquele país, de um mercado consumidor organizado e próprio, de uma geração de políticos, magistrados, comandantes militares, prefeitos, governadores e até candida-



Criança negra chega com seu pai a escola de Potgeietersrus, na África do Sul, que só aceitava brancos

tos à Casa Branca, com chances de vencer. As cotas ajudaram a comunidade afro-americana a fortalecer sua influência em seu destino e no destino do país.

A totalidade dos negros foi beneficiada? Óbvio que não. Os EUA, como a África do Sul e o Brasil, são países capitalistas, funcionam dentro de uma sociedade de classes. As cotas não redimem essa dura realidade nem instauram o paraíso sócio-racial.

Não se reivindica aqui a transposição pura e simples do modelo adotado naquele país, como válido para outros países, a exemplo do Brasil. O próprio sistema de acesso à universidade por parte dos estudantes brasileiros, pelo vestibular, não guarda qualquer similaridade com o sistema norte-americano. O ingresso à universidade nos EUA, como na maior parte dos países, obedece a critérios somatórios do desempenho obtido ao longo do histórico escolar do candidato à vaga. Isso deve ser considerado.

Quer-se afirmar as cotas de vagas para negros e estudantes de baixa renda, em universidades públicas como a USP, como um princípio básico do exercício da democracia, ainda em construção, no Brasil. A mais importante universidade do País deve tomar a decisão de liderar esse processo, e é melhor que isso ocorra já.

Considerando a dívida material-sócio-moral que as elites de mando têm em relação aos descendentes de africanos aqui escravizados (cerca de 45% da população), a urgência de implantação das cotas é, na verdade, muito antiga. Com o poder que lhes conferem os estatutos da USP, o reitor Flávio Fava de Moraes e o atual Conselho Universitário é que decidem. Entram para a história como estadistas ou se contentam em compor a amorfia galeria de dirigentes burocráticos e conservadores que orna as ante-salas dos palácios.

A Universidade de São Paulo gasta em torno de US\$ 5 mil por aluno de graduação que nela ingressa e permanece. Na década de 80 o índice de evasão escolar girava em 50% em média. Na reportagem "Retrato do aluno da USP", escrevia o redator do Jornal da USP: "A maioria vem de escolas particulares, das que vêm de escolas públicas a maior parte opta pelos cursos de

Humanas; uma minoria trabalha e estuda".

Este parágrafo introdutório sintetiza o perfil do aluno não somente da maior universidade pública do país, mas da grande maioria das universidades brasileiras de boa qualidade. A partir daí, procuraremos demonstrar no presente texto (última parte de um documento composto por três partes) a urgência de alteração radical do sistema de ingresso na universidade, o famigerado vestibular, e a necessidade peremptória da implantação de cotas de vagas na USP para estudantes de baixa renda familiar (entre 3 e 5 salários mínimos), ainda no exame Fuvest-97.

Ninguém duvida que o vestibular funciona como uma indústria. Seus fornecedores principais — e bastante lucrativos — são os cursinhos pré-vestibulares. É a máfia dos cursinhos privados que alimenta o sistema vestibular. Há queixa generalizada da falência do ensino básico fundamental, o primeiro e segundo graus. Mas poucos se manifestam na condenação da máfia dos cursinhos, que é a principal beneficiária daquela falência — e nenhum interesse possui no sentido da melhoria da qualidade do ensino básico.

Existe um círculo vicioso e parece existir um pacto entre os organismos responsáveis pela seleção de alunos para ingresso nas universidades, e a máquina dos cursinhos pré-vestibulares. Recentes episódios envolvendo o vestibular da Unicamp vêm comprovar tais suspeitas. Professores de cursinhos da elite "branca" e rica são também os que opinam, elaboram e participam da correção das provas do vestibular. Daí a "coincidência" de temas em aulas daqueles cursinhos e o exame seletivo da Unicamp e outras universidades.

A lógica desses vestibulares, incluindo o da Fuvest, obedece a uma visão estratificada de mundo, favorecendo apenas aqueles estudantes que dispõem de condições econômicas para participar da casta dos que podem cursar cursinhos cada vez mais caros. Ora, se são os professores (ou proprietários, ou assessores) de cursinhos os elementos responsáveis pela elaboração do exame vestibular, e pela avaliação de desempenho do candidato, o conteúdo das provas seguirá sempre o

raciocínio esquematizado desse grupo fechado. A visão de mundo desse grupo é uma visão burguesa, elitista, branca. O quadro de referências teóricas que adota, e não somente isso, mas a própria metodologia e técnica conteudísticas das questões formuladas aos candidatos, deixam logo de fora aqueles estudantes desfamiliarizados com os macetes e com os jargões dos cursinhos privados. Não existe neutralidade nem imparcialidade no vestibular.

Saber desnecessário — De acordo com a PNAD-89, de cada 100 estudantes negros ("pardos" incluídos) que ingressam na primeira série no sistema escolar aos 7 anos de idade, apenas 1 e meio (1,5) chegam ao terceiro grau. Existem no Brasil em torno de 4 milhões de universitários, 84% brancos, 3% asiáticos e outros, 13% negros. Considerando que a população é composta de 45% de negros, 54% de "brancos" de todas as origens e 1% de asiáticos e outros, vê-se que a universidade brasileira é anti-democrática e reprodutora, pelo menos demograficamente falando, da discriminação racial no país.

Mais de 70% dos negros universitários são alunos de faculdades privadas (de baixa qualidade), segundo pesquisa do Núcleo de Consciência Negra ("Perfil da Militância Negra, 1991"). Somente, e tão somente, uma ação política poderá modificar o quadro até aqui descrito. Já está suficientemente demonstrado

que o ingresso na universidade pela via do vestibular de forma alguma exige "competência" intelectual do candidato. Se há alguma competência exigida pela Fuvest e similares, ela está diretamente relacionada à conta bancária familiar do candidato e ao compromisso — que é político-ideológico — dos examinadores, em manter tudo como está. Em outras palavras, o vestibular tal qual temos hoje é um ritual da exclusão sócio-racial. Pior, serve para dar legitimidade a essa exclusão, na medida que miticamente seria um exame que proporcionaria um tratamento supostamente igual para todos os que a ele se submetem.

O "conhecimento" médio exigido por vestibulares como o da Fuvest é por perversidade, pois finge desconhecer que o Brasil é um país de origem e pensamento escravocrata. Por-

tanto, os descendentes daqueles povos trazidos como objetos, como escravos, como animais, para fazer a economia brasileira crescer e progredir, de forma alguma terão desempenho igual ou acima daqueles candidatos cujos ancestrais foram os escravocratas que se enriqueceram com o trabalho alheio. Fora algumas exceções, que justificam a regra. Dessa forma, a média do "conhecimento" exigido pela Fuvest é a média do conhecimento apreendido pelos "bem-nascidos e bem-nutridos", e esse conhecimento raras vezes tem relação com o saber intelectual.

Convidado, certas ocasiões, para falar aos alunos do Cursinho Pré-vestibular gratuito do Núcleo de Consciência Negra, o diretor da Fuvest, professor José Atílio Vanin, encara a turma de 120 alunos negro-mestiços e pobres, e fulmina: "No máximo, talvez um em cada fileira aqui consiga passar no exame". É uma verdade cristalina, mas a ela faltou acrescentar algo. Por exemplo, é o ingresso de alguns poucos e raros estudantes negro-mestiços, e de baixa renda, que garante o discurso público da democracia numa universidade jamais democrática como a USP. Esse ingresso justifica a manutenção do *status quo* e da verba de US\$ 1 milhão por dia que a USP gasta, dinheiro este proveniente dos impostos recolhidos pelo Estado e de outros fundos ancorados naquele discurso público.

Responsabilidade da Reitoria

Não seria demais instituições como o Núcleo de Consciência Negra (NCN), o Núcleo de Estudos da Violência, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro da USP (NENB), demonstrarem para as fundações e demais instituições estrangeiras que dão verbas para a universidade, o caráter racista do sistema de ingresso na USP — e cobrar uma postura delas em relação a isso. Fossem os judeus, por exemplo, impedidos — como são os afro-brasileiros — de cursar universidade, como reagiriam aquelas instituições?

Talvez já esteja na hora de provocar os grupos de pressão e intercâmbio cultural nos EUA e Europa, os diversos centros de estudos acadêmicos afro-americanos etc., para que se manifestem junto às fundações que mandam dinheiro para as universidades brasileiras (USP principalmente), estranhando a exclusão do negro que quer tornar-se aluno dessas universidades.

A iniciativa de democratizar o acesso à USP somente pode partir da reitoria. O gesto grandioso que por fim ao pérfido mito do "vestibular igual para todos" é a instituição de cotas de vagas reservadas para estudantes negro-mestiços e de baixa renda. O critério definidor do percentual de vagas para alunos com esse perfil deverá seguir a definição do IBGE (ainda que falha) quanto a composição étnica da população brasileira. Se os negros (e "pardos") são 45% da população — e desses, a esmagadora maioria é pobre — aquele é o percentual de vagas a ser destinado. O exame da Fuvest, sem deixar de existir, no caso do preenchimento das cotas em vez de eliminatório passaria a ser classificatório. O restante das vagas (55%) a Fuvest preencheria de acordo com sua lógica e estaria aberta para todos, igualmente.

Por fim, as cotas não são uma panaceia e sua implementação efetiva de forma alguma significa uma revolução estrutural. Devem ser entendidas como uma ação de política compensatória, devida pelo conjunto da sociedade brasileira aos negro-mestiços. Seu tempo de validade pode ser definido a partir de determinados parâmetros,

como por exemplo, o de uma geração: 45% das vagas de ingresso na graduação da USP para negro-mestiços e baixa-renda, por 20 anos consecutivos, é algo a ser considerado.

Evidentemente, ao assim agir, a reitoria e as instâncias de poder da USP proveriam condições materiais para a permanência desse aluno até o final do seu curso. Quer dizer, cotas seriam um conjunto de medidas tomadas pela maior universidade pública do País, para que essa mesma universidade faça toda a sociedade brasileira corrigir o erro da discriminação racial. Sem isso, o Brasil continuará um projeto de nação, nunca uma nação de fato.

E os que estão excluídos, ao se aperceberem conscientemente do processo que alimenta essa exclusão e a justifica, como o é o vestibular, podem um dia virar a mesa. Terão toda a autoridade para assim proceder.

■ Fernando Conceição, doutorando na Escola de Comunicações e Artes da USP, é membro do NENB e da coordenação executiva do NCN.